



XIV SEUR – III Colóquio Cidade e Cidadania

Estado e Movimentos Sociais na concepção do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades – Residencial Junção, Rio Grande, Rio Grande do Sul

Mario R. Magalhães, Universidade Federal do Rio Grande (FURG), mario.magalhaes@furg.br

Resumo

O presente estudo analisa o Residencial Junção, concebido na cidade de Rio Grande – RS e a forma de sua concepção, através do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades. O objeto de análise, encontra-se em pleno processo de construção e devido a sua importância na dimensão sócio-espacial, por ser um projeto piloto e ter intervenção na realidade desta cidade, modificará a vida de 1.276 famílias beneficiadas por este empreendimento. No Residencial Junção, temos como agentes sociais, na construção das moradias, os Movimentos Sociais de Moradia, através de cinco cooperativas (COOPEROVA, COOPARROIO, COOTRAHAB, COOPRLAR e UNIPERFIL), para a concepção das unidades habitacionais. Este estudo pretende demonstrar em Rio Grande-RS, a efetivação de uma política pública, com a participação conjunta do Estado, no caso a Prefeitura Municipal de Rio Grande em conjunto com os movimentos sociais (cooperativas), na busca de pautar a produção do espaço. Demonstrando as ações do poder público municipal e sua atuação na coordenação da política pública, buscando-se demonstrar a relação entre estes agentes sociais, que ocorre de forma ambígua e complexa, marcada pelo conflito, mas também pela cooperação entre agentes dos movimentos sociais de moradia e o Estado, para a concepção de uma política pública de Estado, realizada em conjunto com os movimentos sociais. Será realizada a observação participante, onde o pesquisador estará colocado como um observador da situação social, com a finalidade de realizar a investigação científica, além de idas a campo, para o acompanhamento das obras e das ações técnico-sociais, das cooperativas, realizadas com os beneficiários.

Palavras-chave

Políticas públicas, habitação, Minha Casa Minha Vida Entidades, movimentos sociais, Estado.

Abstract

The present study analyzes the Residential Junção, conceived in the city of Rio Grande - RS and the form of its conception, through the My Home My Life Entities Program. The object of analysis is in full process of construction and due to its importance in the socio-spatial dimension, being a pilot project and having intervention in the reality of this city, will modify the lives of 1,276 families benefited by this project.

In the Residential Junction, we have as social agents, in the construction of housing, the Social Housing Movements, through five cooperatives (COOPEROVA, COOPARROIO, COOTRAHAB, COOPRLAR and UNIPERFIL), for the design of housing units.

This study intends to demonstrate in Rio Grande-RS, the implementation of a public policy, with the joint participation of the State, in the case of the Municipal Government of Rio Grande together with the social movements (cooperatives), in the quest to guide the production of space. Demonstrating the actions of the municipal public power and its action in the coordination of public policy, seeking to demonstrate the relationship between these social agents, which occurs in an ambiguous and complex, marked by the conflict, but also by the cooperation between agents of the social movements of



housing and the State, for the conception of a public policy of State, carried out jointly with the social movements.

Participant observation will be carried out, where the researcher will be placed as an observer of the social situation, with the purpose of carrying out the scientific investigation, as well as going to the field, to follow the works and technical and social actions of the cooperatives, carried out with the beneficiaries.

Keywords

Public policies, housing, My House My Life Entities, social movements, State

Estado e Movimentos Sociais na concepção do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades – Residencial Junção, Rio Grande, Rio Grande do Sul

1. Introdução

A interpretação da produção do espaço urbano e das políticas públicas tem sido amplamente discutida no meio acadêmico, com destaque para a Ciência Geográfica. Desta forma, é do interesse dos geógrafos, dos agentes que produzem as cidades e dos cidadãos, o conhecimento sobre a complexidade que envolve o processo de apropriação do espaço urbano.

A Geografia se faz um campo privilegiado para a de interpretação e análise da cidade como local de experiências múltiplas, realizando a discussão e as propostas sobre o estudo das sociedades nas cidades. Conforme Rodrigues (2013), “a paixão pela Geografia se baseia na premissa de que para mudar o mundo é preciso conhecê-lo. Nesse sentido, cabe a nós geógrafos, a tarefa de conhecer, desvendar e compreender a produção e a reprodução do espaço”.

A Geografia Urbana identifica e analisa as contradições, as semelhanças e os contrastes presentes nas cidades. Conforme Harvey:

Parece conveniente investigar o papel que o processo urbano talvez esteja desempenhando na reestruturação radical em andamento nas distribuições geográficas da atividade humana e na dinâmica político-econômica do desenvolvimento geográfico desigual dos tempos mais recentes (HARVEY, 2005, p.166).

A sobrevivência na cidade depende, entre outros fatores, do acesso à moradia. A habitação é um direito básico que garante a cidadania. O direito à moradia e a busca por melhor qualidade de vida, no que se refere à proximidade entre trabalho e habitação, e o acesso à infraestrutura urbana e aos equipamentos de serviços estão associados às políticas públicas no setor habitacional e às condições econômicas das pessoas.



A habitação é uma necessidade, tanto natural, quanto material, assim como é uma necessidade social, sendo alicerçada na luta popular pelo direito à moradia. Conforme Valença (2003), sem a mediação ou intervenção do Estado, a maioria dos indivíduos não pode se tornar consumidora de habitação, processo que se dá através do mercado de compra e venda de imóveis residenciais e de aluguéis.

Para a análise, devemos nos questionar, segundo Lojkine (1997), o que vem a ser uma política? No quadro do sistema capitalista contemporâneo, quais são os principais determinantes sociais dessa política? Neste caso, aqui o papel deste estudo será o de analisar a realização do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), na modalidade Entidades, na concepção do Residencial Junção, na cidade de Rio Grande – RS.

O Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades¹ foi criado em 2009, tendo como objetivo, a concessão de financiamento habitacional para viabilizar o acesso à moradia em área urbana, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), às famílias com renda familiar bruta de até R\$ 1.800,00, organizadas sob forma coletiva em área urbana, sendo representadas por cooperativas associações e entidades da sociedade civil.

Para Melazzo (2006, p. 28), toda política é necessariamente pública. Desta forma, é necessário esclarecer a maneira específica que deverão ser compreendidas. O desenvolvimento de políticas públicas em habitação é fundamental para a identificação de alternativas que possam atender aos anseios das populações das cidades. O Programa MCMV surgiu com este objetivo, visando atender a demanda habitacional a população de baixa renda.

O “Minha Casa Minha Vida” é, antes de tudo, uma “marca”, sob a qual se organiza uma série de subprogramas, modalidades, fundos, linhas de financiamento, tipologias habitacionais, agentes operadores, formas de acesso ao produto “casa própria” (AMORE, 2015, p. 15).

O objeto de estudo deste artigo é o Residencial Junção, localizado em Rio Grande - RS. Possui uma área total de 14,64 hectares, que era pertencente à Secretaria de Patrimônio da União (SPU). O Residencial Junção é o maior empreendimento da modalidade Entidades do Programa MCMV no país. Tem como grande diferencial sua localização, em uma área privilegiada, que estava em um vazio em meio à área urbana da cidade de Rio Grande - RS. Estará inserido em um tecido urbano consolidado, possuindo assim acessibilidade, sendo dotado de serviços públicos e infraestrutura.

¹ Resolução nº 141, de 10 de junho de 2009.



Figura 1: Croqui de localização do Residencial Junção
Fonte: WRI



Figura 2: Imagem de satélite, do Residencial Junção (06/08/17).
Fonte: Google Earth.

As Cooperativas Habitacionais Cootrahab, Uniperfil, Cooparroio, Coopelar e Coopernova, serão as cooperativas responsáveis pela construção das 1.276 unidades habitacionais. Destas cinco cooperativas, três delas são oriundas da cidade de São Leopoldo, e duas da cidade de Sapiranga, ambas as cidades do estado do Rio Grande do Sul.

Quadro 1: Cooperativas, sua cidade de origem, número de unidades habitacionais do Residencial Junção

Cooperativa	Cidade de origem	Número de unidades
COOPERNOVA – Cooperativa de produção, trabalho e habitação Ltda	Sapiranga-RS	336
COOPARROIO – Cooperativa de habitação, agroindustrial e de produção Arroio da Manteiga Ltda	São Leopoldo-RS	240
COOTRAHAB – Cooperativa de trabalho, habitação e consumo construindo cidadania	São Leopoldo-RS	156
COOPELAR – Cooperativa de Trabalho e Habitação Nossa Lar Ltda	Sapiranga-RS	336
UNIPERFIL- Cooperativa Perfil de Trabalhadores	São Leopoldo-RS	208

Fonte: Elaboração do Autor (2017).



Estas cinco cooperativas, presentes na realização do Residencial Junção, sendo elas COOPERNOVA, COOPARROIO, COOTRAHAB, COOPERLAR e UNIPERFIL, são entidades habilitadas e requalificadas para atuação em área urbana, pelo Ministério das Cidades²

O empreendimento teve suas obras iniciadas em agosto de 2016, com previsão de inicial de conclusão para agosto de 2018, mas após os primeiros contatos com as cooperativas que estão na realização das obras, informaram como novo prazo para o término das obras para o mês de novembro de 2018. O objeto de análise, encontra-se em pleno processo de construção e devido a sua importância na dimensão sócio-espacial, por ser um projeto piloto e ter intervenção na realidade da cidade de Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul.

No Residencial Junção, ocorre o protagonismo do poder público municipal, em busca de um modelo diferente em que os agentes de Estado e os movimentos sociais, atuem em conjunto, na realização da política pública, modelo este que será analisado nesta pesquisa.

A realização desta pesquisa foi motivada por decorrência de minha experiência vivida como analista ambiental, no gerenciamento e supervisão de obras do Programa DRENURB, da Prefeitura de Fortaleza, estado do Ceará, no ano de 2013, onde participava regularmente do acompanhamento de obras de drenagem e pavimentação de ruas, através de ações socioambientais no andamento de 31 obras do referido programa e além da participação na análise de futuros projetos a serem realizados.

A escolha do tema, relacionado com a habitação de interesse social (HIS) surgiu por esta vivência em obras de engenharia e por ter feito parte do aparelho de Estado, no caso a Prefeitura de Fortaleza, Ceará. Desta forma, esta pesquisa pretende analisar o trabalho conjunto entre os agentes sociais (Prefeitura Municipal de Rio Grande, CAIXA, cooperativas e movimentos sociais), para a realização de uma política pública de habitação, buscando compreender o processo de construção do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, na concepção do Residencial Junção, na cidade de Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul.

O objetivo principal deste artigo é analisar o papel do Estado e dos movimentos sociais, na realização de uma política pública de habitação, através da concepção do Residencial Junção, compreendendo o processo de construção do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, na cidade de Rio Grande - RS.

² Portaria nº 747, de 1º de dezembro de 2014 e alterações promovidas por meio das Portarias nº 778 de 11 de dezembro de 2014 e nº 500 de 24 de setembro de 2015. Todas portarias do Ministério das Cidades (MinC).



As referências teóricas deste artigo utilizam autores como Triviños (1987), Demo (1995), Lojkine (1997), Vianna (2001), Valença (2003), Harvey (2005), Souza (2005), Melazzo (2006), Rodrigues (2013) e Amore (2015). Para que todos estes autores possam contribuir sobre a participação conjunta entre Estado e sociedade civil organizada, na execução de ações conjuntas, entre todos os entes presentes nessa pesquisa.

2. Metodologia

A pesquisa utilizará uma metodologia de abordagem materialista histórica dialética, que se propõe a partir de dados empíricos, realizando o enfrentamento dos fatos fenomênicos ou senso comum, onde o real é observado pelo pesquisador, diretamente em sua aparência e indiretamente em sua essência, possibilitando o entendimento e a revelação dos processos presentes nos fenômenos a serem estudados, distinguindo assim aquilo que é aparente, daquilo que é essencial apreender no processo de investigação.

O materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade (TRIVIÑOS, 1987, p. 51).

Esta metodologia consiste em realizar um enfoque teórico, metodológico e analítico para compreender a dinâmica e as grandes transformações da história e das sociedades. Conceitualmente, o termo materialismo diz respeito à condição material da existência humana e o termo histórico parte do entendimento de que a compreensão da existência humana implica na compreensão de seus condicionantes históricos.

Por isso destaca a ação dos partidos políticos, os agrupamentos humanos etc. cuja ação pode produzir transformações importantes nos fundamentos materiais dos grupos sociais (TRIVIÑOS, 1987. p. 51-52).

Segundo Vianna (2001) a metodologia, pode ser entendida como a ciência e a arte de como desencadear ações que devem ser definidas com pertinência, objetividade e fidedignidade. Assim, a metodologia é definida como a ciência que estuda os métodos, as sistemáticas e os procedimentos para se atingir um fim proposto.

Para Demo (1995) a discussão crítica é a alma do esforço científico, aparecendo de um lado à ciência como utopia e do outro a realidade social.

[...] De um lado aparece a ciência como utopia, ou seja, como proposta perfeita da descoberta da verdade. Utopia é aqui tomada não como fuga da realidade, mas como presença do irrealizável dentro da realidade [...] A realidade social é prenhe, sempre grávida, em gestação, em fermentação.



Unidade dos contrários. Não é equilíbrio, harmonia, estabilidade [...] Toda sociedade existente traz em si a esperança de uma melhor (DEMO, 1995, p.38-39).

A estratégia metodológica adotada é o estudo de caso do Residencial Junção, em Rio Grande, buscando analisar a ação dos agentes produtores do espaço para a concepção deste empreendimento.

Através da observação participante, o pesquisador permite-se assim, estar colocado como um observador da situação social, tendo assim a finalidade de realizar a investigação científica, através de idas a campo, para o acompanhamento das obras e das ações técnico-sociais, das cooperativas, realizadas com os beneficiários.

Aproveitando-se esta observação, realiza-se assim a etapa de trabalho de campo, na qual, estão sendo realizadas entrevistas no canteiro de obras e com os agentes sociais do processo. Com as entrevistas, serão obtidas informações com todos os agentes pertencentes ao processo de concepção do Residencial Junção, desde os existentes no aparelho de Estado, como os gestores presentes na Prefeitura Municipal de Rio Grande e da CEF, os presentes na concepção do empreendimento, como do MNLM e das cinco cooperativas, que estão construindo as moradias do Residencial Junção.

Também será realizado o acompanhamento do processo político de formação de lideranças, com os beneficiários, através das cooperativas, que são as entidades organizadoras, responsáveis pela construção das habitações no Residencial Junção.

3. Desenvolvimento

A cidade de Rio Grande – RS possui uma lei municipal específica para o Programa Minha Casa Minha Vida, que é a Lei Ordinária nº 6737/2009, que institui o Programa Habitacional Rio Grande e prevê que para a Faixa 1, exista a possibilidade de doação de terrenos do município, não restringindo a disponibilização de áreas públicas apenas ao FAR.

O Residencial Junção faz parte da organização interna da área urbana de Rio Grande envolvido na dinâmica da produção do espaço, sendo realizada através de um processo social que alia o Estado com os movimentos sociais pela moradia.

A organização interna da cidade, a qual é a chave para chegarmos aos processos sociais que animam o núcleo urbano e que estão envolvidos na dinâmica da produção do espaço, e que é ao mesmo tempo, uma chave privilegiada para observarmos e decifrarmos a sua complexidade enquanto produto social (SOUZA, 2005, p.63).



A busca de uma solução na questão habitacional é possível desde que se realize uma ação governamental, assim como esta do Residencial Junção, onde Estado e movimentos sociais trabalham unidos, na promoção de justiça social e na busca da diminuição das desigualdades sociais, ainda muito presentes em nosso país.

Com esta ação de melhoria na questão habitacional em Rio Grande, para a população de menor renda, outros benefícios sociais também serão alcançados, como a diminuição do número de desempregos, uma vez que alguns dos beneficiários acabam tornando-se trabalhadores nas obras.

Como geógrafos, uma de nossas tarefas fundamentais consiste em desvendar as formas pelas quais a ideologia dominante oculta contradições e conflitos, considera o padrão de vida urbana como sinônimo de qualidade de vida e esconde a importância do espaço, as classes sociais, os produtores reais e concretos da cidade (RODRIGUES, 2013, p.12).

O Residencial Junção é um tipo de intervenção no espaço, realizada por múltiplos agentes sociais, que provocam transformações nesse território. Por estar localizado em meio ao tecido urbano da cidade do Rio Grande, busca atender de forma integrada a população beneficiada pelo empreendimento, integrando-o a proximidade com outros aparelhos urbanos, como a rodoviária municipal, a unidade de pronto atendimento (UPA) do bairro Junção, entre outros.

Em Rio Grande, cinco entidades organizadoras (COOPEROVA, COOPARROIO, COOTRAHAB, COOPRLAR and UNIPERFIL) se uniram para formar a concepção do Residencial Junção, através do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), na construção de um novo centro, realizando uma estratégia política, na busca por um terreno de boa localização e negociação de ações conjuntas do governo municipal para a realização do empreendimento.

Entre os espaços de diálogo entre a população de Rio Grande e o Estado, destaca-se a 1ª Conferência Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, que ocorreu no mês de novembro de 2017, com o título “Habitação e Terra Regularizada – direitos de transformação da cidade e da sociedade, conquistas e desafios”.

Antes da realização da Conferência Municipal de Habitação, nos meses de outubro e novembro, foram realizadas três Pré Conferências, onde a primeira discutiu o tema da mulher na produção da moradia, a segunda discutiu o tema a produção e política habitacional e a terceira teve como tema a regularização fundiária e a produção da cidade.



Dentre as três pré-conferência optou-se por realizar-se o acompanhamento in loco, da segunda pré-conferência, com o tema produção e política habitacional, que se realizou na Prefeitura Municipal de Rio Grande, no dia 7 de novembro.

Fotografia 1: População participante na Pré-Conferência



Fonte: Do Autor, em 7/11/17.

Participaram desta pré-conferência, a CAIXA, através da Gerencia Executiva de Habitação Pelotas, com o funcionário Fabio Menezes, o Secretário de Habitação do município de São Leopoldo Nelson Spolaor, e a Prefeitura Municipal de Rio Grande, através do Secretário Municipal de Habitação e Regularização Fundiária Gilmar Xavier Ávila e do Secretário Adjunto da mesma pasta, Cléber Nascimento.

Em sua explanação a CAIXA apresentou a Habitação de Interesse Social (HIS), através de seus produtos, os empreendimentos em análise e o acompanhamento dos que estão sendo realizados na região do extremo sul do Rio Grande do Sul.

A primeira Conferência Municipal de Habitação e Regularização Fundiária ocorreu no dia 25 de novembro, na escola Cipriano Porto Alegre. A Conferência contou com as presenças da ex-Gerente Nacional de Habitação Urbana da Caixa Federal Eleonora Mascia e do Coordenador do MNLM Cristiano Schumacher, para as palestras de abertura do evento, na parte da manhã.



Fotografia 2: População participante na 1ª Conferência Municipal de Habitação e Regularização Fundiária



Fonte: Do Autor, em 25/11/17.

No período da tarde, dando continuidade a Conferência, ocorreram os Grupos de Trabalho, onde ocorreu o acompanhamento do GT de Gestão da Política Habitacional, que contou com a participação do Secretário Municipal de Habitação e Regularização Fundiária Gilmar Xavier Ávila.

Foram demonstradas as formas de composição do Conselho Municipal de Habitação, que se consiste na presença de 50% de membros presentes no aparelho de Estado e 50% por pessoas dos movimentos sociais. Foi informado durante o GT, que o Residencial Junção está inserido na AMORVM – Associação dos Moradores da Vila Maria.

Ao final foi decidido pelos membros do GT que seriam mantidos o Fundo Municipal de Habitação, o Conselho Municipal de Habitação e que o modelo atual da conferência continue o mesmo.

Outra ação importante da Prefeitura Municipal de Rio Grande, é o Grupo de Trabalho de Agilização do Minha Casa Minha Vida, que, através da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária (SMHARF), tem realizado o Grupo de Trabalho de Agilização do Minha Casa Minha Vida, onde são discutidas ações como informes da SMHARF, das Entidades e da CAIXA, além de assuntos gerais de todos os empreendimentos a serem realizados na cidade de Rio Grande.

O Grupo de Trabalho de Agilização de Projetos do Programa MCMV, foi criado pela Prefeitura Municipal de Rio Grande, através do Decreto nº 14.387 de 14 de fevereiro de 2017,



visando agilizar a análise e a aprovação dos projetos habitacionais de interesse social propostos no município.

O Grupo de Trabalho dos projetos do Minha Casa Minha Vida é formado por gestores das secretarias de Habitação e Regularização Fundiária, de Meio Ambiente, de Coordenação e Planejamento e de Mobilidade Urbana e Acessibilidade, dirigentes e técnicos sociais e de engenharia das entidades organizadoras do empreendimento Junção, das cinco cooperativas, a coordenação do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) e representantes da Gerência de Habitação da CAIXA (GIHAB). Este grupo de trabalho busca soluções técnicas e administrativas para as diversas etapas e demandas que surjam em relação ao Residencial Junção.

A principal forma de relação entre as cinco cooperativas e os beneficiários ocorre através das atividades do trabalho técnico social. Este trabalho consiste em se realizar o diagnóstico social, identificando a realidade das famílias a serem beneficiadas, através do conjunto de ações informativas e educativas, planejadas para a promoção social, desenvolvimento comunitário da população beneficiária e sustentabilidade do empreendimento, através de (oficinas, cursos, campanhas, qualificação profissional, geração de trabalho e renda). O trabalho técnico social acompanha todo o processo, desde os estudos preliminares até a pós-ocupação, com objetivos e ações específicas para cada uma das etapas.

Estas atividades apresentam uma série de reuniões periódicas, que garantem a legitimidade dos trabalhos desenvolvidos pelas equipes técnicas de engenharia e social. É de suma importância a participação dos beneficiários no decorrer de todas as etapas do Residencial Junção, desde a fase de planejamento, passando pelo momento das execuções das obras e também contribuir para a elaboração das regras de convivência entre os futuros moradores e também para a formação de novas lideranças, dentro dos movimentos sociais.

4. Conclusão

Espera-se, com este estudo, compreender o processo de concepção do Residencial Junção, na cidade de Rio Grande – RS, e a relação entre Estado e movimentos sociais, na realização de uma política pública de habitação, atuando em conjunto. Pretendendo-se assim contribuir para um diálogo sobre a realização de ações conjuntas entre o Estado e os movimentos sociais.



Referencial

AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. (Org.). **Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros.** 1^a ed. Rio de Janeiro : Letra Capital, 2015. 428 p.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais.** 3^a ed. São Paulo: Atlas, 1995. 293 p.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências). 252 p.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana.** Tradução Estela dos Santos Abreu. 2^a Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 359 p.

MELAZZO, Everaldo S. **Padrões de desigualdades em cidades paulistas de porte médio. A agenda das políticas públicas em disputa.** Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente – São Paulo. 2006. 230 p.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Os Geógrafos na luta pela cidade como direito.** Boletim Campineiro de Geografia, Campinas, v. 3, n. 1, 2013, p-7-20.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano.** 2^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 192 p.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica.** São Paulo: EPU, 2001. 288 p.